

BOLETIM DE GREVE

2024 - Edição: 1



sindsifce.com.br



@sindsifce



1º DE MAIO

SINDSIFCE, ADUFC E SINTUFCE PUXAM BLOCO DA EDUCAÇÃO FEDERAL NO DIA DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS



Com o tema “Por um Brasil mais Justo”, a marcha dos trabalhadores e das trabalhadoras, que ocorreu no 1º de Maio, em Fortaleza, percorreu as principais ruas do Itaperi e da Serrinha. A ação seguiu até a Praça da Cruz Grande, onde a atividade de rua foi encerrada com falas políticas e apresentações artísticas e musicais. O ato reuniu diversas categorias de trabalhadores.

Dialogando com os moradores e as moradoras sobre a greve da rede federal de educação, representantes dos Comandos Gerais de Greve do Sindicato dos Servidores do IFCE (SINDSIFCE), do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC) e do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE) participaram do ato, puxando o Bloco da Educação Federal.

Mais de 100 servidores e servidoras do IFCE, em greve desde o dia 11 de abril, marcaram presença no ato do Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Fortaleza, atendendo chamado da seção sindical em defesa da educação pública. Pela recomposição salarial e do orçamento dos institutos federais, reestruturação das carreiras e revogação das medidas do governo Bolsonaro que impactam servidores e serviços públicos.

A presença dos servidores e das servidoras do IFCE no

ato do Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras contribuiu para fortalecer o movimento paredista em todo o Estado. A mobilização serve para pressionar o governo federal.

Interior do Estado

Servidores e servidoras do IFCE de Crateús, Limoeiro do Norte, Boa Viagem, Acopiara e diversas outras cidades, também aderiram aos atos realizados em suas cidades, demonstrando o engajamento com a luta.



UNIDADE SINDICAL MARCA LUTA NO CEARÁ

Professores(as) e técnicos(as) administrativos(as) em educação das Universidades Federais do Ceará e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará estão unidos nesta greve.

A iniciativa de criar um Comando de Greve Unificado (SINDSIFCE, ADUFC e SINTUFCE) teve como objetivo otimizar as dinâmicas de atividades, compartilhar as pautas e conhecimentos em torno da luta e somar esforços, visando o fortalecimento da adesão à greve em todo Estado.

Diversas atividades, como o ato político-cultural na Reitoria da UFC, realizado no último dia 19/04, as reuniões do Comando Unificado, sempre às terças-feiras, live sobre RSC para TAES e debate com o mesmo tema na UFC, dia 23/04 e, mais



recentemente, o ato unificado do dia 1º de Maio, em Fortaleza, são algumas iniciativas em conjunto que tem rendido grande visibilidade para o movimento. A coesão entre as categorias demonstra a maturidade e o compromisso com a luta por seus direitos e pela qualidade da educação pública.

DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES ESSENCIAIS DURANTE A GREVE FOI PASSO IMPORTANTE PARA FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO PAREDISTA

Logo no dia seguinte (12/04), após o início da greve, gestores do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e representantes dos Comandos de Greve das quatro seções sindicais que representam os servidores e as servidoras do IFCE definiram as atividades essenciais mantidas pela instituição durante a paralisação da categoria.

A reunião, realizada no Gabinete da Reitoria, contou com a participação do reitor Wally Menezes, pró-reitores e outros membros da gestão, juntamente com representantes dos comandos de greve das seções Sinasefe Cariri, Sinasefe Crato, Sinasefe Iguatu e Sindsifce.

Durante o encontro, foram debatidos os pontos apresentados por ambas as partes visando estabelecer as atividades a serem mantidas para garantir o funcionamento mínimo adequado da instituição.

Após uma análise conjunta de todos os itens, a Reitoria do IFCE e os Comandos de Greve decidiram, manter, por exemplo:

- Serviços de atendimento biopsicossocial para os casos emergenciais;

- Atividades indispensáveis ao pagamento de bolsas e auxílios para estudantes;
- Perícias de ordem excepcional e inadiável;
 - Emissão de documentos pessoais em caráter emergencial aos estudantes do IFCE;
 - Cumprimento de prazos inadiáveis em processos judiciais;
- Atividades de manutenção e manejo de plantas e animais, onde couber;
- Guarda, uso e controle de substâncias nocivas à saúde e equipamentos sensíveis;
- Realização de processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos para editais publicados até a data de início da deflagração da greve de cada seção.

Escaneie o QR Code ao lado e confira todas as atividades essenciais durante a Greve.



GREVE 2024 | SERVIDORES EM PGD TÊM DIREITO CONSTITUCIONAL ASSEGURADO

Para garantir que servidores vivenciem com mais tranquilidade o seu direito constitucional de participar do movimento paredista, o Comando Geral de Greve do SINDSIFCE, após reuniões de alinhamento com a Reitoria do IFCE, elencou definições importantes sobre as responsabilidades e prerrogativas dos servidores que fazem parte do Programa de Gestão e Desempenho.

É fundamental entender as diretrizes estabelecidas para garantir o cumprimento das atividades essenciais, bem como os procedimentos relacionados ao registro de atividades durante a greve. Confira!

Registro de Atividades durante a Greve

- Os servidores e as servidoras que aderiram ao movimento paredista e estão no PGD têm a prerrogativa de não realizar nenhum registro oficial de atividades, seja via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Esta prerrogativa foi comunicada à Reitoria conforme encaminhamento do Comando Geral de Greve.

- Por outro lado, os servidores e as servidoras que não aderiram à greve devem informar à sua chefia imediata a manutenção de suas atividades, respeitando a obrigação de manter os registros de frequência, independentemente do regime de trabalho.

Atividades Essenciais

- Nos casos em que o serviço ou atividade é considerado essencial, o cumprimento das atividades será realizado remotamente. Caso contrário, os servidores e as servidoras devem contatar sua chefia imediata para acordar uma data para cumprimento das atividades.

- Os servidores e as servidoras lotados(as) em setores que executam atividades essenciais listadas devem registrar a frequência correspondente nos dias em que as realizarem, independentemente do regime de trabalho e de sua adesão à greve.

Compensação de Trabalho e Plano de Trabalho

Para os servidores e as servidoras que aderiram à greve, não há necessidade de elaborar um plano de trabalho durante o período correspondente ao movimento paredista. O planejamento será tratado no acordo firmado entre o governo e as entidades representativas da categoria ao final da greve, que também abordará as formas de compensação de trabalho.

Registro de Frequência e atividades presenciais

Quaisquer dias trabalhados em virtude da realização de atividades essenciais devem ser registrados nos canais oficiais (SUAP e SEI) e não farão parte das compensações futuras. Para os servidores que estão realizando atividades essenciais de forma presencial, o registro de frequência deve ser feito normalmente via SEI.

Preenchimento de Frequências durante a Greve

Durante o período da greve, os servidores e as servidoras que estão em movimento de paralisação, conforme direcionamento do Comando Geral de Greve, não devem preencher frequências oficiais. É importante ressaltar que durante as atividades de greve, o recolhimento de frequência é de responsabilidade dos comandos de greve.

PROPOSTA DO GOVERNO FRUSTRA EXPECTATIVAS E GREVE CONTINUA!

Em uma reviravolta inesperada, o governo federal apresentou uma proposta de reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCTAE) para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) que se mostrou aquém das expectativas da categoria. A proposta, considerada "desrespeitosa" por representantes dos TAEs, ignora grande parte das reivindicações e oferece reajustes salariais que não acompanham as perdas acumuladas ao longo dos anos.

Desacordo com propostas anteriores e falta de recursos marcam a mesa de negociação



Durante as negociações, o governo recusou a proposta defendida pelo SINASEFE e FASUBRA, que previa aglutinação de cargos, relação proporcional entre os níveis de classificação e diferen-

ciação salarial entre os Níveis A e B, além de C e D. A implantação da RSC, defendida por diversas entidades e com a posição favorável do MEC, também foi descartada pelo governo.

Proposta salarial irrisória e descaso com as perdas da categoria geram indignação

Na questão da reposição salarial, a proposta do governo apresentou percentuais que não dialogam com os defendidos pelas entidades sindicais, ficando muito aquém dos 34,32% necessários para recuperar as perdas. A tentativa de justificar a proposta com base no reajuste linear de 9% presente na LOA de 2023, recusado por Bolsonaro e aprovado apenas após a posse do Governo Lula, foi considerada "desfaçatez".

Falta de recursos e contradições nas justificativas geram questionamentos

As justificativas do governo para a insuficiência da proposta não se sustentaram, com os negociadores sendo confrontados com suas próprias contradições. O debate se concentrou na questão orçamentária, revelando que a contraproposta apresentada pelo governo previa gastos de cerca de 2,7 bilhões, pouco acima dos 2 bilhões apresentados como ponto de partida em fevereiro de 2024.

Desigualdade salarial se intensifica com reajustes em outros setores

A proposta do governo para os TAEs contrasta com os acordos já fechados por outros setores do Serviço Público Federal, que obtiveram reajustes entre 35% e 69%, como IBAMA, PF, PRF e Polícia Judiciária. Essa disparidade aprofunda a desigualdade salarial entre os diferentes setores, desvalorizando ainda mais a categoria dos TAEs.

Proposta para docentes gera questionamentos sobre tratamento desigual

Embora a proposta do governo para docentes, também representada pelo SINASEFE, apresente um índice superior ao que havia sido ratificado na mesa de negociação em fevereiro, saindo de 9% para 12,5% (parcelados em 2025 e 2026), ela foi rejeitada amplamente pela categoria. Docentes de toda a rede federal avaliaram como muito aquém da reivindicação atualmente posta na mesa. A discrepância entre as propostas para TAEs e docentes, além da exclusão dos aposentados de qualquer possibilidade de ganho em 2024, levantam questionamentos sobre o tratamento desigual dispensado às diferentes categorias.

Desrespeito às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação, a falta de compromisso com a valorização das carreiras e a negligência aos aposentados marcam a negociação

A falta de compromisso do governo com a reestruturação das carreiras e a recuperação das perdas acumuladas desde o período do golpe gerou enorme frustração e indignação entre os servidores. Também revelam a intencionalidade do governo de confundir, dividir e de enfraquecer a greve, o que impediria um processo de negociação que atenda às nossas reivindicações.

Em resumo, a base do SINASEFE, representada pelas seções sindicais, compreende que TAEs e docentes, especialmente aposentados, tiveram perdas diferentes no período compreendido entre os Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) e, portanto, defende percentuais de recomposição diferentes para os dois segmentos da categoria – além de rechaçar a possibilidade de 0% de recomposição para 2024, como sustenta o Governo.

A reivindicação do sindicato é de recomposição das perdas acumuladas de:

- **34,32% para técnico-administrativos(as) da carreira do PCCTAE + reestruturação da carreira;**
- **22,71% para docentes da carreira do EBTT + reestruturação da carreira.**

Ao apresentar os mesmos percentuais de reajustes para docentes e TAEs (e só para 2025 e 2026, mantendo ZERO% em 2024), ao recusar vários pontos propostos e argumentados para a melhoria das carreiras, o governo deixa evidente que tentou nos dividir. Mas nossa resposta é a intensificação de nossa unidade, a manutenção e o avanço da nossa greve. O Comando Geral de Greve do SINDSIFCE compreende uma única resposta para este cenário: **NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM!** Chega de dinheiro para o centrão, é hora de valorizar a educação!

#LulaRecebaOsTAEs #LulaRecebaDocentes #LulaRecebaAEducacao

ASSEMBLEIAS DURANTE A GREVE REÚNEM PÚBLICO HISTÓRICO

Desde o início da greve dos servidores do Instituto Federal do Ceará (IFCE), o Sindicato dos Servidores (SINDSIFCE) tem registrado uma adesão expressiva em suas assembleias, evidenciando o alto nível de engajamento da categoria.

No dia 5 de abril de 2024, na Assembleia que deflagrou o movimento paredista, mais de 500 pessoas compareceram, em formato presencial, no Ginásio de Esportes do Campus Fortaleza.

No dia 15 de abril do mesmo ano, a audiência se manteve robusta, com mais de 500 presentes, tanto presencialmente quanto online, evidenciando a capacidade de mobilização do sindicato mesmo diante de desafios logísticos e tecnológicos.

Já no dia 24 de abril de 2024, a adesão superou as expectativas, com mais de 800 pessoas participando da assembleia, novamente em formato online e presencial; foi a maior audiência da história do Sindicato. Esse aumento significativo na participação evidencia a crescente mobilização em torno da greve e a união dos servidores em prol de suas demandas e reivindicações durante este período.



A presença massiva demonstra o interesse e a participação ativa dos servidores nas discussões e deliberações, além de reforçar a determinação da categoria em buscar soluções para as questões enfrentadas, assim como a importância do sindicato como canal de representação e organização dos interesses dos servidores do IFCE.

Escaneie o QR Code ao lado e confira todas as atividades essenciais durante a Greve.

